

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLÓGICA – FACTO

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2025
UASG 462939
(Processo Administrativo nº 04/2025)**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de locação de veículos automotores, em todo o território nacional, compreendendo veículos de pequeno porte, sem motorista, nas modalidades mensalista e diária e de veículos do tipo van, micro-ônibus e ônibus, com motorista, a fim de atender a(s) demanda(s) da FACTO - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e dos seus projetos gerenciados, conforme as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

| LOTE 01 – LOCAÇÃO POR QUILOMETRAGEM | | | | | | | |
|-------------------------------------|------|---|--------|-------|--------|-------------|-----------------------|
| ITEM | LOTE | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNID. | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 1 | 01 | ÔNIBUS TIPO LOW DRIVER OU OUTRO TIPO EQUIVALENTE | 4014 | KM | 17.500 | R\$16,00 | R\$ 280.000,00 |
| 2 | 01 | ÔNIBUS TIPO DOUBLE DECK OU OUTRO TIPO EQUIVALENTE | 4014 | KM | 17.500 | R\$16,00 | R\$ 280.000,00 |
| 3 | 01 | MICRO ÔNIBUS | 25089 | KM | 31.600 | R\$11,02 | R\$ 348.232,00 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 908.232,00 |

| LOTE 02 – LOCAÇÃO POR DIÁRIA | | | | | | | |
|------------------------------|------|---|--------|--------|------|--------------|-----------------------|
| ITEM | LOTE | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNID. | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 4 | 02 | VAN COM MOTORISTA – DIÁRIA DE 10H COM FRANQUIA DE 100 KM | 25089 | DIÁRIA | 120 | R\$ 1.010,00 | R\$ 121.200,00 |
| 5 | 02 | QUILOMETRAGEM EXCEDENTE (VALOR APLICADO SOBRE KM ALÉM DA FRANQUIA) | 25089 | KM | 01 | R\$ 4,93 | R\$ 4,93 |
| 6 | 02 | HORA EXCEDENTE (VALOR APLICADO SOBRE HORA ALÉM DA JORNADA CONTRATADA) | 25089 | HORA | 01 | R\$ 76,67 | R\$ 76,67 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 121.281,60 |



| LOTE 03 – LOCAÇÃO POR DIÁRIA | | | | | | | |
|------------------------------|------|---|--------|--------|------|-------------|----------------------|
| ITEM | LOTE | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNID. | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 7 | 03 | VEÍCULO LEVE TIPO PASSEIO - GRUPO C (CDAR/CDAO) | 4014 | DIÁRIA | 80 | R\$ 343,02 | R\$ 27.441,60 |
| 8 | 03 | PICAPE GRUPO G (PICK-UP MÉDIA 4X4) | 4014 | DIÁRIA | 20 | R\$ 963,87 | R\$ 19.277,40 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 46.719,00 |

| LOTE 04 – LOCAÇÃO MENSAL | | | | | | | |
|--------------------------|------|---|--------|-------|------|--------------|-----------------------|
| ITEM | LOTE | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNID. | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 9 | 04 | VEÍCULO LEVE TIPO PASSEIO - GRUPO C (CDAR/CDAO) ATÉ 1000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 4.038,00 | R\$ 48.456,00 |
| 10 | 04 | VEÍCULO LEVE TIPO PASSEIO - GRUPO C (CDAR/CDAO) ATÉ 2000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 4.259,25 | R\$ 51.111,00 |
| 11 | 04 | VEÍCULO LEVE TIPO PASSEIO - GRUPO C (CDAR/CDAO) ATÉ 3000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 3.785,00 | R\$ 45.420,00 |
| 12 | 04 | VEÍCULO LEVE TIPO PASSEIO - GRUPO C (CDAR/CDAO) ATÉ 4000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 4.680,18 | R\$ 56.162,16 |
| 13 | 04 | VEÍCULO LEVE TIPO PASSEIO - GRUPO C (CDAR/CDAO) ATÉ 5000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 4.873,05 | R\$ 58.476,60 |
| 14 | 04 | PICAPE GRUPO G (PICK-UP MÉDIA 4X4) ATÉ 1000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 5.969,49 | R\$ 71.633,88 |
| 15 | 04 | PICAPE GRUPO G (PICK-UP MÉDIA 4X4) ATÉ 2000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 6.209,49 | R\$ 74.513,88 |
| 16 | 04 | PICAPE GRUPO G (PICK-UP MÉDIA 4X4) ATÉ 3000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 6.726,11 | R\$ 80.713,32 |
| 17 | 04 | PICAPE GRUPO G (PICK-UP MÉDIA 4X4) ATÉ 4000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 7.491,12 | R\$ 89.893,44 |
| 18 | 04 | PICAPE GRUPO G (PICK-UP MÉDIA 4X4) ATÉ 5000 KM/MÊS | 4014 | MÊS | 12 | R\$ 7.775,54 | R\$ 93.306,48 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 669.686,76 |

| LOCAÇÃO POR QUILOMETRAGEM | | | | | | | |
|---------------------------|------|-------------------|--------|-------|--------|-------------|-----------------------|
| ITEM | LOTE | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNID. | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 19 | - | VAN COM MOTORISTA | 4014 | KM | 31.600 | R\$ 12,11 | R\$ 382.676,00 |
| TOTAL | | | | | | | R\$ 382.676,00 |



1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente por meio de especificações usuais de mercado, conforme prevê o Inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.4 A contratação será dividida em ITEM e LOTES. Em conformidade com o artigo 40 §2º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se o agrupamento dos diferentes tipos de veículos em lotes específicos se justifica pelas razões de ordem técnica e operacional de gestão contratual simplificada e eficiente, garantia de padronização e qualidade da frota, otimização da logística e manutenção e inviabilidade de estrutura de manutenção própria. do ponto de vista econômico, o agrupamento em lotes apresenta as vantagens de economia de escala, atratividade para o mercado e aumento da competitividade qualificada e redução de custos processuais.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato formal detalhará as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

1.7 Quando do cadastramento da proposta no sistema, para melhor análise da equipe técnica, solicita-se que seja encaminhado manual, prospecto ou documento similar do produto/serviço ofertado.

1.8 Na proposta no sistema deve constar o valor até o 2º (segundo) dígito após a vírgula, sendo que o 3º (terceiro) e 4º (quarto) dígitos após a vírgula serem zero (exemplo: 111,1100)

1.9 No valor ofertado deverão estar inclusas todas as despesas e todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto e demais despesas incidentes.

ACESSIBILIDADE

1.10 Para todos os veículos, exceto o tipo Picape, fica-se ciente que sempre que solicitado pela Contratante, deverá ser disponibilizado veículos adaptados ao transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em conformidade com a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e demais normas de acessibilidade vigentes. Os veículos deverão assegurar condições adequadas de segurança, conforto, dignidade e inclusão, de forma a atender plenamente às necessidades dos usuários.

FORMA DE COBRANÇA - LOCAÇÃO POR DIÁRIA

1.11 Diária de Locação:



1.11.1 VEÍCULOS LEVE TIPO PASSEIO - GRUPO C (CDAR/CDAO) E PICAPE GRUPO G (PICK-UP MÉDIA 4X4) - Considera-se diário o período de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, contadas a partir da retirada do veículo pelo usuário/motorista condutor, devendo o valor incluir quilometragem livre, seguro total contra terceiros, danos materiais, pessoais e roubo/furto, além de assistência 24 horas.

1.11.2 Após o término da diária, há tolerância de 1 (uma) hora para ocorrer a devolução do veículo alugado. Após esse período, será cobrado valores de horas extras até a sexta hora.

1.11.3 Horas Extras: Ultrapassado o período de 24 horas da diária e o período de tolerância, será admitida a cobrança de horas extras, limitada a até 6 (seis) horas adicionais. A cobrança será proporcional ao valor da diária, observando-se o percentual estabelecido pela locadora na proposta vencedora.

1.11.4 Diária Extra: Excedido o limite de 6 (seis) horas extras, será considerada nova diária, aplicando-se integralmente o valor unitário da diária do veículo locado.

1.11.5 VAN COM MOTORISTA - Considera-se diário o período de 10 horas com franquia de 100km, após esse período, será cobrado valores de km excedente e de hora extra .

1.12 Após o término da diária, há tolerância de 1 (uma) hora para ocorrer a devolução do veículo alugado. Após esse período, será cobrado valores de horas extras até a sexta hora.

1.13 Transparência de Cobrança: Todas as cobranças deverão ser previamente detalhadas em nota fiscal/fatura, com discriminação do período de utilização, horários de retirada e devolução, quantidade de horas extras e diárias adicionais cobradas.

FORMA DE COBRANÇA - LOCAÇÃO MENSAL

1.14 Locação Mensal: Considera-se locação mensal o período de 30 (trinta) dias corridos, com valor previamente fixado, englobando o uso contínuo do veículo durante esse período, sem cobrança de horas extras, desde que respeitado o prazo de devolução estabelecido.

1.15 Prorrogação além do prazo mensal:

1.15.1 Caso a utilização ultrapasse o período contratado de 30 (trinta) dias, será admitida:

- a) a cobrança proporcional por dia adicional (diária calculada a partir do valor mensal dividido por 30); ou
- b) a contratação de novo período mensal, conforme a conveniência do Contratante.

1.15.2 Horas Extras: Não se aplica a cobrança de horas extras na modalidade de locação mensal, devendo qualquer uso além do prazo contratado ser enquadrado como diária adicional proporcional ou nova mensalidade, conforme previsto acima.

1.15.3 Diária Adicional: Quando houver necessidade de prorrogação inferior a um novo período mensal, será considerada diária adicional proporcional, calculada com base no valor da locação mensal dividido por 30 (trinta), até a efetiva devolução do veículo.

1.15.4 Transparência de Cobrança: Toda cobrança deverá estar discriminada em nota fiscal/fatura, indicando claramente o período de utilização, datas de retirada e devolução, bem como eventuais diárias adicionais aplicadas.

DA LAVAGEM DOS VEÍCULOS (LOCAÇÃO MENSAL)

1.16 A Licitante vencedora deverá manter os veículos limpos, providenciando e arcando com as despesas de limpeza, higienização e lavagem, inclusive mediante substituição temporária do veículo, se necessário, no caso em que o serviço se prolongar por mais de 3 (três) horas.

1.17 A Licitante vencedora deverá credenciar empresa especializada em higienização e limpeza de veículos, com fornecimento de tickets de limpeza ou cartão eletrônico de pagamento, ou executar diretamente o serviço nas suas próprias dependências.

1.18 Os veículos deverão ser lavados até 03 (três) vezes por mês, a critério exclusivo da contratante, sendo 02 (duas) lavagens simples e 01 (uma) lavagem geral, mediante solicitação da contratante, que será realizada, por agendamento, com antecedência mínima de 2 horas.

1.18.1 A lavagem simples constitui-se, no mínimo, dos seguintes serviços: ducha com xampu + secagem + limpeza dos tapetes + aplicação de produto nos pneus.

1.18.2 A lavagem geral constitui-se, no mínimo, dos serviços: ducha com xampu + secagem + limpeza dos tapetes + aplicação de produto nos pneus + aplicação de cera líquida + aspiração interna do veículo + limpeza do painel do carro + limpeza das caixas de rodas do carro.

1.18.3 As lavagens poderão ser realizadas de segunda a sexta, de 08:00h às 18:00h, se executadas pela própria licitante vencedora, ou aos sábados, de 08:00h às 12:00h, se executada por empresa credenciada pela licitante v vencedora.

1.18.4 Por ocasião da assinatura de contrato, a licitante contratada deverá informar a relação/endereços dos locais para a execução dos serviços de lavagem.

1.18.5 É da responsabilidade do usuário /motorista condutor a levar o veículo ao local de execução dos serviços de lavagem.

DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE COBRANÇA AUTOMÁTICA (TAG)

1.19 A licitante vencedora deverá disponibilizar nos veículos leve tipo passeio - GRUPO C (CDAR/CDAO) e veículo tipo caminhonete (pick-up) 4X4, dispositivo eletrônico de cobrança automática (TAG) ativo e funcional para utilização em pedágios e estacionamentos credenciados.



1.20 As despesas decorrentes da utilização do referido dispositivo não estão incluídas no valor da diária da locação, devendo ser cobradas juntamente com a fatura correspondente ao período de utilização do veículo, mediante apresentação de extrato discriminado das passagens.

1.21 Caberá à licitante vencedora assegurar o pleno funcionamento do dispositivo, bem como a substituição imediata em caso de defeito, sem ônus adicional ao Contratante.

DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO (FACTO E A LICITANTE VENCEDORA)

1.22 As comunicações devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para fins de agilizar o atendimento /e ou casos de emergências e posterior formalização dos tratos por escrito.

1.23 A FACTO poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.24 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a FACTO poderá convocar o representante da licitante vencedora para reunião inicial para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, dentre outros.

1.25 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

DO CONDUTOR/MOTORISTA COM A LICITANTE CONTRATADA

1.26 Possuir atendimento pontual, próprio (não poderá ser terceirizado), via telefone, preferencialmente ser número 0800 (zero oitocentos) gratuito, ou celular, para suprir as demandas dos LICITADORES.

1.27 Manter suporte e apoio técnico para solicitação de veículo, agendamento de serviços, acionamento do seguro (guincho, carro substituto) ou cobertura de risco, etc.

1.28 Possuir atendimento 24 horas, durante 7 dias na semana, incluindo sábado e domingo, e feriados;

1.29 Indicar o nome, telefone e e-mail de um preposto, o qual passará a ser o contato direto da LICITANTE vencedora com os LICITADORES, inclusive participando de reuniões sempre que solicitado, com custos de deslocamentos por conta da LICITANTE vencedora;

1.30 Responder e atender as solicitações enviadas ao preposto no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo situações emergenciais, as quais deverão ser resolvidas de imediato;

1.31 Comprovar o vínculo do preposto por meio de contrato social ou contrato de prestação de serviço ou comprovação mensal de regularidade fiscal e trabalhista;

1.32 Para os veículos: Ônibus, Micro-ônibus e Van:

1.32.1 As informações de data, hora e hodômetro do veículo no início e término de cada viagem e com base nestas informações será apurado o real quantitativo a ser pago para cada Autorização De Fornecimento / Ordem De Serviço – AF/OS.

1.32.2 O cálculo estimado da Disponibilidade do Veículo será realizado com base nas datas e horários iniciais e finais constantes na Autorização De Fornecimento / Ordem De Serviço – AF/OS.

1.32.3 Caso algumas viagens solicitadas ocorram em vias não asfaltadas, quando essas vias, comprovadamente, não comportarem os veículos descritos neste termo de referência, ficará a cargo do Coordenador do projeto e gestor do contrato de locação, comunicar formalmente ao setor de Contratos da FACTO para a verificação de aprovação ou não da autorização para que o veículo seja substituído por outro que consiga trafegar no trecho solicitado.

1.32.4 O mesmo procedimento deverá ser observado em caso de ocorrência de eventualidades não previstas neste Edital, durante a vigência contratual.

1.32.5 Em caso de cancelamento de requisição de transporte, com antecedência mínima de 24 horas do início da prestação do serviço, não haverá pagamento para a contratada.

1.32.6 Nos casos de cancelamento com prazo menor que 24 horas, será realizado pagamento de 10% (dez por cento) do total previsto da requisição de transporte.

1.32.7 Para a execução dos serviços a contratada estará ciente de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, combustível, manutenção com ou sem substituição de peças, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais.

1.32.8 O valor da proposta também compreende, obrigatoriamente, todas as taxas, pedágios, seguros, bem como as diárias, hospedagem e alimentação dos motoristas, guias e ajudantes.

1.32.9 Em razão da imprevisibilidade dos serviços, a empresa estará ciente de que os mesmos serão executados conforme as necessidades da FACTO e /ou seus projetos, sem restrição a horários, quantidade de veículos e datas.

1.32.10 A contratada será responsável em todas as viagens, âmbito nacional, por todos os seguros relacionados ao transporte de bagagens e de passageiros (morte, invalidez, despesas médicas e hospitalares), responsabilizando-se também pelo pagamento dos mesmos.

1.32.11 Todos os veículos deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n°1 de 11/02/1993 e n°272 de 14/09/2000.

1.32.12 Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle e Poluição do Ar por Veículos Automotores- PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n° 18 de 06/05/1986 e n°315 de 29/10/2002.

1.32.13 A contratada deverá disponibilizar veículos em perfeito estado de conservação (limpeza), conduzidos por profissionais devidamente habilitados (CNH) e que façam parte de seu quadro de pessoal.

1.32.14 Face à dificuldade de avaliação pontual das demandas, ou seja, a ocorrência de mais de uma viagem no mesmo espaço de tempo será facultado à Contratada, subcontratar trechos/serviços.

1.32.15 Disponibilizar os veículos com 1 (uma) hora de antecedência do horário determinado e no local estipulado na Autorização De Fornecimento / Ordem De Serviço – AF/OS.

1.33 Quilometragem:

1.33.1 A contagem da quilometragem, em regra, iniciar-se-á a partir do local de origem, devendo ser Informada ao solicitante responsável pela utilização do serviço a quilometragem inicial e final do trajeto, a cada trecho rodado, colhendo o nome legível e assinaturas do mesmo em formulário disponibilizado pela administração em duas vias, tanto antes da partida do veículo, quando do retorno ao local de partida, proporcionando todas as facilidades para que possa ser feita a conferência no tacógrafo do veículo disponibilizado.

1.33.2 Os serviços serão pagos por quilômetros rodados a serviço da Contratante, quando exclusivamente solicitados pelo gestor do contrato, ou, seu substituto legal. A locação se dará por uma equação que compreenderá quilometragem percorrida “rodada” e tempo de disponibilidade do veículo “horas” sem garantia de franquia mensal, pagamento de diárias, pedágios ou qualquer outro valor.

1.33.3 Em caso de deslocamento em percurso apenas de ida, a quilometragem será cobrada em dobro, ou seja, computa-se para efeito de pagamento o retorno do veículo até a sede do local de origem.

1.33.4 Possíveis deslocamentos que ocorram por necessidade dos motoristas durante o percurso de destino serão descontados da quilometragem total da viagem.

1.33.5 Ficará a cargo do solicitante por acompanhar a viagem o controle da quilometragem percorrida, dos horários de partida e chegada, e o preenchimento do relatório de ocorrências (se houver).

1.34 Motorista:

1.34.1 Para a execução dos serviços, o profissional disponibilizado pela Contratada deverá:

- a) Ser alfabetizado, ter facilidade de comunicação, autodomínio, simpatia, iniciativa e aptidão física para desempenho das atribuições.
- b) Possuir Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D” e curso de transporte de passageiros para o transporte rodoviário de passageiros.
- c) Possuir aparelho de telefone celular com WhatsApp que permita contato com o motorista durante o atendimento ao transporte de passageiros.

1.35 Deverão possuir apólice de seguro na forma da legislação vigente e de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores (ANTT; DER; DAER; DETER e outros).

CONDIÇÃO MECÂNICA E DE CONSERVAÇÃO

1.36 Ainda que observados os limites de idade estabelecidos, todos os veículos deverão apresentar plenas condições mecânicas e de conservação, devidamente comprovadas mediante laudo de vistoria ou inspeção técnica, sendo considerados inaptos aqueles que, por ausência de manutenção adequada, comprometam os requisitos de segurança operacional, conforto e confiabilidade no transporte dos passageiros.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos, ou seja, a **JUSTIFICATIVA** e **OBJETIVO**, se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A solução como um todo perpassa as observações ora já especificadas e também que serão explicitadas ao longo deste documento. Nos casos em que há, na descrição dos itens (TABELA DO ITEM 1.1), **exigência de manutenção e assistência técnica**, deverá ser aplicado as disposições do **item 5.2** deste termo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 DA SUSTENTABILIDADE

4.1.1 A licitante que tiver sua proposta selecionada deverá estar ciente da obrigatoriedade em atender aos critérios e políticas de sustentabilidade conforme estabelece o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União, o Decreto 7746/12, conforme segue:

- a) Os itens a serem entregues são constituídos, ao menos em parte, de material ou reciclado, ou atóxico, ou biodegradável, conforme ABNT 15448-1 e 15448-2;
- b) Possui certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO classificando os produtos como sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Utilizará embalagens individuais adequadas para acondicionar e transportar os itens adquiridos, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;

d) Os bens a serem entregues não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2 DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 41, INCISO I, DA LEI 14.133/2021)

4.2.1 Na presente contratação não será indicada marcas ou modelos, no entanto, não será aceito produto que não atende minimamente as exigências estabelecidas neste documento.

4.3 DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA DO PRODUTO/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.3.1 Não haverá vedação de marcas nesta presente contratação.

4.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.4.1 Não haverá exigência de amostra nesta presente contratação.

4.5 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.5.1 Não haverá exigência de carta de solidariedade para os itens objeto desta contratação.

4.6 DA SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.7.1 Não haverá exigência da garantia da contratação previstos nos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), uma vez que o objeto de que trata esta contratação envolve serviço comum, considerando que este custo superaria os benefícios da economia por não tê-lo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1.1 Para a execução do serviço, a FACTO emitirá a Autorização De Fornecimento / Ordem De Serviço – AF/OS, e enviará à empresa com antecedência mínima de:



5.1.1.1 Locação diária:

- a) Carros de passeio, utilitários: 24 (vinte e quatro) horas antes do horário marcado para início da viagem;
- b) Vans, ônibus, Micro-ônibus: 2 a 5 dias úteis antes da data/horário de início do uso;
- c) Veículos Adaptados: 3 a 7 dias úteis antes da data/horário de início do uso.

5.1.1.2 Locação mensal:

- a) Carros de passeio, utilitários: 2 a 5 dias úteis antes da data/horário de início do uso.

5.1.2 Após o recebimento da AF/OS nos prazos acima mencionados, a locadora deverá confirmar o agendamento.

5.1.3 Em casos devidamente justificados, poderá ser admitido prazo maior, não superior a 10 (dez) dias úteis para locação mensal e de 2 (dois) dias úteis para locação diária, desde que a locadora possua frota disponível na localidade.

5.1.4 Para os veículos adaptados, poderá ser admitido prazo maior, não superior a 15 (quinze) dias úteis.

5.1.5 A contratada deverá cumprir rigorosamente todos os prazos e horários constantes na Autorização De Fornecimento / Ordem De Serviço – AF/OS.

5.1.6 Caso algumas viagens solicitadas ocorram em vias não asfaltadas, quando essas vias, comprovadamente, não comportarem os veículos descritos neste termo de referência, ficará a cargo do Coordenador do projeto e gestor do contrato de locação, comunicar formalmente ao setor de Contratos da FACTO para a verificação de aprovação ou não da autorização para que o veículo seja substituído por outro que consiga trafegar no trecho solicitado.

5.1.7 O mesmo procedimento deverá ser observado em caso de ocorrência de eventualidades não previstas neste Edital, durante a vigência contratual.

CANCELAMENTO DE REQUISIÇÃO DE LOCAÇÃO

5.1.8 O cancelamento de requisições de locação de veículos deverá observar os prazos previamente estabelecidos:

- a) Antecedência mínima de 24 horas do início da prestação do serviço, não haverá pagamento para a contratada.
- b) Após as 24 (vinte e quatro) horas do dia/horário da reserva e antes do horário agendado para a retirada do veículo, será reembolsado/estornado 90% (noventa por cento) do valor da reserva;

5.1.9 Nos casos de cancelamento com prazo menor que 24 horas, será realizado pagamento de 10% (dez por cento) do total previsto da requisição de transporte.

5.1.10 Em caso de No-Show por parte do Locatário, entendido como a não utilização do veículo previamente reservado sem comunicação formal de cancelamento dentro do prazo estipulado, a licitante contratada poderá aplicar a cobrança de penalidade correspondente a até uma diária do veículo reservado, a título de compensação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis previstas no Contrato.

5.1.11 Para a execução dos serviços a contratada estará ciente de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, combustível, manutenção com ou sem substituição de peças, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais.

5.1.12 O valor da proposta também compreende, obrigatoriamente, todas as taxas, pedágios, seguros, bem como as diárias, hospedagem e alimentação dos motoristas, guias e ajudantes.

5.1.13 A licitante contratada será responsável em todas as viagens, âmbito estadual, por todos os seguros relacionados ao transporte de bagagens e de passageiros (morte, invalidez, despesas médicas e hospitalares), responsabilizando-se também pelo pagamento dos mesmos.

5.1.14 Todos os veículos deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n°1 de 11/02/1993 e n°272 de 14/09/2000.

5.1.15 Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle e Poluição do Ar por Veículos Automotores- PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n° 18 de 06/05/1986 e n°315 de 29/10/2002.

5.1.16 A contratada deverá disponibilizar veículos em perfeito estado de conservação (limpeza), conduzidos por profissionais devidamente habilitados (CNH) e que façam parte de seu quadro de pessoal.

5.1.17 Disponibilizar os veículos com 1 (uma) hora de antecedência do horário determinado e no local estipulado na Autorização De Fornecimento / Ordem De Serviço – AF/OS.

CONDIÇÃO MECÂNICA E DE CONSERVAÇÃO

5.1.18 Ainda que observados os limites de idade estabelecidos, todos os veículos deverão apresentar plenas condições mecânicas e de conservação, devidamente comprovadas mediante laudo de vistoria ou inspeção técnica, sendo considerados inaptos aqueles que, por ausência de manutenção adequada, comprometam os requisitos de segurança operacional, conforto e confiabilidade no transporte dos passageiros.

5.1.19 A FACTO reserva-se o direito de realizar fiscalizações periódicas, mediante vistorias técnicas, podendo determinar, a qualquer tempo, a substituição imediata de veículo que não atender às condições estabelecidas, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

5.1.20 Em caso de pane, acidente, defeito mecânico, manutenção ou qualquer outra ocorrência que impeça a utilização do veículo locado, a locadora deverá providenciar a substituição por outro veículo

com características idênticas ou superiores às previstas no Termo de Referência, sujeito à aprovação da contratante, devendo estar devidamente licenciado e segurado;

5.1.21 A substituição deverá ser efetuada no prazo máximo de 02 (duas) horas na Região da Grande Vitória (aqui definida pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Viana, Cariacica) e no prazo máximo de 06 (seis) horas para as demais regiões do Estado do Espírito Santo, a contar da notificação da FACTO.

5.1.21.1 Nos casos em que a locação ocorrer em âmbito nacional, abrangendo outros estados da Federação, o prazo máximo para substituição será de até 12 (doze) horas, contadas a partir da notificação formal da FACTO, considerando as particularidades logísticas e operacionais de cada localidade. O fornecedor deverá assegurar infraestrutura adequada e meios logísticos que garantam o cumprimento dos prazos estipulados, independentemente da localidade de execução do contrato.

5.1.21.2 O descumprimento do prazo estipulado ensejará:

- a) Aplicação de percentual de desconto sobre o valor mensal ou da diária da locação do veículo;
- b) Glosa proporcional ao período de indisponibilidade;
- c) obrigação de ressarcimento ao Contratante de eventuais despesas adicionais decorrentes da não substituição tempestiva;
- d) em caso de reincidência, possibilidade de rescisão contratual e demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.1.22 A licitante vencedora deverá manter o veículo com todos os itens de segurança exigidos por lei em perfeitas condições de uso, bem como os solicitados no contrato.

5.1.23 Caberá à licitante vencedora manter os seguintes certificados, comprovantes de manutenção e inspeção realizadas:

- a) Manutenção e inspeção no sistema de frenagem
- b) Manutenção e inspeção no motor e transmissão
- c) Manutenção e inspeção no sistema de ar-condicionado
- d) Inspeção no sistema de suspensão e amortecimento
- e) Inspeção e/ou troca de correias e cabos

5.2 DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.2.1 O prazo de garantia contratual dos serviços/bens classificados como de consumo é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2.1.1 O prazo de garantia contratual dos serviços/bens materiais classificados como consumo, de fabricação própria e não perecível por natureza, será de no mínimo **12 (doze) meses, salvo descrição em contrário na descrição do item o qual prevalecerá.**



5.2.1.2 Para os materiais de consumo, perecíveis por natureza, o prazo de garantia será o mesmo que o prazo de validade.

5.2.2 O prazo de garantia contratual dos bens materiais classificados como permanentes, complementar a garantia legal, é de, no mínimo, **18 (dezoito) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto (salvo disposição contrária na descrição do próprio item).

5.2.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.3.1 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.3.2 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.2.3.3 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.3.4 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito conforme mencionado acima.

5.2.3.5 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.3.6 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.2.3.7 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.2.3.8 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.3.9 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.2.4 A prestação de assistência técnica deverá ser gratuita e realizada dentro do território nacional (Brasil), por meio de empresa certificada e autorizada pelo fabricante do produto.

5.2.4.1 As despesas e os procedimentos referente ao envio do produto à assistência técnica, para reparo-manutenção-verificação, bem como os de retorno ao órgão licitador será por conta e risco da licitante.

5.3 DO TREINAMENTO DE USO DO PRODUTO ADQUIRIDO

5.3.1 Não será necessário treinamento para o uso dos produtos adquiridos, vez que o demandante e futuro usuário dos itens conhece suas respectivas funcionalidades e modo de operação e funcionamento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).



6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da

liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.12 Em casos específicos e a depender do objeto contratado e sua complexidade, as atribuições de que trata este tópico poderão ser exercidas por servidores e/ou setores distintos, nos termos definidos nas normas internas da contratante.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta,



devendo ser substituídos no prazo determinado no item 5 deste Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será reduzido pela metade do previsto no parágrafo anterior.

7.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 DA LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 DO PRAZO DE PAGAMENTO



7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data da efetiva entrega do serviço, desde que atestada a conformidade, pelo setor solicitante do material, que indica que o mesmo foi integralmente executado e sem irregularidades.

7.3.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP

= Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | | |
|----------|-----|-------------|--|
| I = (TX) | I = | (6/100)/365 | I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|----------|-----|-------------|--|

7.3.3 O pedido de cobrança dos valores referentes ao recebimento em atraso deverá ser protocolado pela contratada perante a contratante, em até 30 (trinta) dias do recebimento da respectiva fatura, sob pena de prescrição do direito.

7.4 DA FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por

meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5 DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.5.1 A presente contratação NÃO PERMITE a antecipação de pagamento.

7.6 DA CESSÃO DE CRÉDITO

7.6.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.6.2 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.6.3 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.6.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.6.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.6.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA



8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, nos casos aplicáveis e definidos pela Administração, nos termos das normativas internas.

8.1.2 O procedimento de seleção do fornecedor ocorrerá sob a forma **ELETRÔNICA** e com adoção do critério de julgamento da proposta será pelo **MENOR PREÇO**.

8.2 DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1 As exigências de habilitação podem ser consideradas dentre as que seguem abaixo:

8.2.1.1 Habilitação jurídica

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#); -



i) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);

j) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

k) **Ato de autorização** para o exercício da atividade quer requer autorização para funcionamento exigido em lei.

8.2.1.1.1 Para esta contratação não será admitida a participação dos licitantes classificados nas alíneas “a” e “f” do item anterior pelas seguintes justificativas: a contratação trata de comercialização de bens, que os agentes ora destacados não podem assumir esse papel no mercado.

8.2.1.1.2 Os documentos, quando exigidos a apresentação, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.1.2.1 As exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista devem ser consideradas dentre as que seguem abaixo:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.1.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

8.2.1.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.2.1.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.2.1.3.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.2.1.3.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.2.1.3.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.1.3.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.1.3.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.2.1.3.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.2.1.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.2.1.4 Qualificação Técnica

8.2.1.4.1 Para fins de habilitação técnica para este objeto em razão da simplicidade e da baixa complexidade da sua execução será solicitado atestado de capacidade técnica de fornecimento de produto/serviço similar ou de caráter similar que poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor. Ainda, a critério, poderá ser eximida a apresentação de atestado de capacidade técnica, ante a exigência do item.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.128.595,36 (dois milhões cento e vinte e oito mil quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos)**, conforme detalhado na cotação realizada pelo setor competente.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A indicação da dotação orçamentária ocorrerá posteriormente, em tempo oportuno, nos termos das legislações vigentes e referentes a este formato de contratação.

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, a celebração do contrato se dará por meio de celebração de contrato.

11.2 Em caso de celebração formal de contrato, o adjudicatário deverá providenciar seu cadastro de assinante externo para assinatura de documentos eletrônicos via SIPAC, e terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para providenciá-lo, a contar a partir da ordem da Administração, podendo ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3 Tendo finalizado o cadastro de assinante externo, o adjudicatário, terá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir da confirmação de seu cadastro, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório.

11.4 Em caso de não celebração de contrato formal, a nota de empenho, o substituirá para todos os efeitos legais, vinculando-se os direitos e obrigações previstos no instrumento convocatório.

11.5 A ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO será comunicada ao adjudicatário, exclusivamente por meio do endereço eletrônico (e-mail) disponibilizado em sua proposta, ou mediante a assinatura do termo de contrato, em sendo esse o caso.

11.6 Para efeitos legais de contagem do prazo de execução do objeto, a comunicação da ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO será tida por recebida decorrido 05 (cinco) dias úteis a partir da data de envio do e-mail, ou em prazo inferior caso haja a confirmação de leitura deste, não cabendo alegação de não conhecimento da ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO por problemas técnicos de responsabilidade exclusiva do fornecedor.

11.7 A nota de empenho será encaminhada em anexo ao e-mail em que se realizará a comunicação da ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO e igualmente poderá ser consultada no Portal de Transparência do Governo Federal no sítio <http://www.portaltransparencia.gov.br/>.

11.8 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos, nas condições previamente estabelecidas.

11.9 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma Lei.

11.10 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou contratada que:

12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances



12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 O licitante, o adjudicatário e fornecedor que durante o procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, tenha praticado quaisquer dos atos previstos nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 Advertência;

12.2.1.1 Nos casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2 multa;

12.2.2.1 **moratória de 0,33% (zero ponto trinta e três)** por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

12.2.2.2 **multa compensatória de até 5,00% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar;

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

12.3 A Sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.4 A sanção de multa, a ser calculada na forma previamente demonstrada, será aplicada por quaisquer das infrações administrativas previstas no **item 12.1** deste Termo de Referência.

12.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada quando ocorrer as seguintes infrações administrativas, salvo quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

12.5.1 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.5.2 dar causa à inexecução total do contrato;

12.5.3 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.5.4 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.5.5 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.5.6 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.6 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo

de 06 (seis) anos, será aplicada nos casos previstos no item 12.5.1 à 12.5.6, quando justificada a imposição da penalidade mais grave; e nas demais situações, quando ocorrer as seguintes infrações administrativas:

12.6.1 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.6.2 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.6.3 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.6.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.6.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.7.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.7.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.7.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.7.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.7.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

12.7.6 o caráter educativo da pena;

12.7.7 os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

12.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

12.9 A aplicação das sanções previstas neste instrumento, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.10 As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, descontando-a dos créditos de pagamentos a serem efetuados.

12.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.12 A autuação, instrução, apuração e o julgamento dos atos de infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão o rito estabelecido em regulamento interno do Ifes Campus Nova Venécia.

12.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.14 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.15 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos no Cadin, na Dívida Ativa da União, nos órgãos de proteção ao crédito (Serasa, SPC e afins) e cobrados judicialmente.

12.16 Determinado o valor da multa, a mesma deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.17 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.18 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DO REAJUSTE

13.1 Os preços homologados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE

15.1 São obrigações da Contratante:

15.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

15.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



15.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133](#);

15.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

15.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

15.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.9.1A Administração terá o prazo de até **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

16.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

16.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

16.1.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

16.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.1.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.1.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

16.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

16.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

16.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

16.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

16.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

16.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

16.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

16.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos.

16.3 A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais habilitados e experientes para condução dos veículos com motorista, devidamente credenciados e com cursos básicos necessários para a condução dos mesmos, com CNH – Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D” ou “E”, atualizada e pontuação de prontuário no DETRAN, dentro dos limites da lei e nas condições deste Termo de Referência; bem como serem registrados nas entidades impostas por lei.

16.4 Informar ao solicitante responsável pela utilização do serviço a quilometragem inicial e final do trajeto, a cada trecho rodado, colhendo o nome legível e assinaturas do mesmo em formulário



disponibilizado pela administração em duas vias, tanto antes da partida do veículo, quando do retorno ao local de partida, proporcionando todas as facilidades para que possa ser feita a conferência no tacógrafo do veículo disponibilizado.

16.5 Observar o perfeito cumprimento dos serviços contratados, cabendo-lhe integralmente, o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

16.6 Pagar todas as taxas, alvarás e outros encargos fiscais e comerciais, decorrentes da relação com seus empregados.

16.7 Repassar à CONTRATANTE, todos os benefícios (descontos e promoções) relativos aos serviços prestados.

16.8 Responder pelo desaparecimento de bens materiais e/ou danos causados diretamente à Administração, ao patrimônio dos viajantes ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, por imperícia, negligência ou imprudência, ou dolo na execução do contrato, perpetrados por seus empregados ou prepostos, bem como pelos danos à integridade física das pessoas a serviço da Contratante, conduzidas nos veículos.

16.9 Arcar com as despesas de manutenção corretiva e preventiva dos veículos fretados, além de arcar com todas as despesas decorrentes do licenciamento e demais registros nos órgão competentes.

16.10 Arcar com todos os custos relacionado com os profissionais disponibilizados, inclusive encargos sociais, trabalhistas e previdenciários ou por acidente de trabalho e quaisquer indenizações, além de uniformes, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços, impostos, taxas e seguros, bem como, alimentação e hospedagem no período de cada viagem, caso necessário. Não cabe, sob qualquer hipótese, solidariedade ou o direito de regresso contra a Contratante.

16.11 Acatar os pedidos de prestação dos serviços apenas e exclusivamente do servidor responsável pela fiscalização do contrato, ficando a CONTRATANTE eximida de qualquer obrigação com a CONTRATADA, caso a mesma não observe o disposto nesta alínea.

16.12 Efetuar no prazo máximo de 6 (seis) horas o reparo ou providenciar a substituição do veículo, ambos sob suas expensas, diante de ocorrência de acidentes de quaisquer naturezas, avaria ou defeitos ou qualquer outro motivo, durante a execução do serviço, que impossibilite de concluir a missão. Havendo substituição do veículo, deverá ser fornecido outro de características idênticas ou superiores, observados os requisitos de conforto e segurança estabelecidos.

16.13 Proceder, à suas expensas, o reboque de veículos que, por mau funcionamento ou defeito, não possa prosseguir a viagem.

16.14 Substituir, sempre que exigido pela Contratante, e independentemente de justificação por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.



16.15 Substituir, sempre que exigido pela Contratante, no prazo máximo de 3 (três) horas, o veículo apresentado para embarque que não estiver de acordo com as descrições deste Termo de Referência e a legislação vigente.

16.16 Apresentar os condutores dos veículos portando aparelho telefônico celular e/ ou rádio comunicador, de propriedade da empresa e seu uso deverá obedecer ao disposto no art. 252, inciso V do Código Nacional de Trânsito, bem como devidamente instruídos a respeito de todo o serviço a ser prestado.

16.17 Disponibilizar veículos com apólice de seguro total para os passageiros e contra terceiros (cobertura física e material), apresentando à fiscalização da CONTRATANTE a respectiva cópia dos documentos dos veículos e da habilitação dos motoristas que prestarão os serviços.

16.18 Responsabilizar-se por todas as despesas de combustível, manutenção, licenciamentos, pedágios, estacionamento, seguros, multas de trânsito, alimentação e transporte dos empregados, taxas, impostos e outras que venham a ser determinadas pela legislação pertinente e que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços contratados.

16.19 Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidentes, e informar imediatamente a CONTRATANTE.

16.20 Disponibilizar os veículos com 1 (uma) hora de antecedência do horário determinado e no local estipulado pela CONTRATANTE.

16.21 Zelar para que os seus empregados se apresentem ao serviço devidamente uniformizados, identificados (pessoal e funcional) e aseados.

16.22 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o Ifes sobre os assuntos relacionados com a execução do contrato.

16.23 Manter, durante a vigência do CONTRATO, as condições de habilitação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

16.24 Efetuar somente o transporte da bagagem e/ou cargas conduzidas pelos passageiros e os de uso pessoal dos motoristas, no limite de volume e capacidade de carga do bagageiro do veículo utilizado. Não é permitido o transporte de outras cargas/materiais, sejam elas da CONTRATADA, seus empregados ou de terceiros alheios a CONTRATANTE.

16.25 Não subempreitar global ou parcialmente os serviços avançados, sem prévia e formal anuência da CONTRATANTE.

16.26 Apresentar, sempre que solicitado, documentos que direta ou indiretamente sejam pertinentes à realização do serviço ou a sua cobrança.



16.27 Respeitar e cumprir qualquer obrigação que, embora aqui não contemplada, esteja estabelecida no Edital e seus anexos ou que alguma legislação impuser.

16.28 A contratada ficará responsável pela acomodação e alimentação de seus colaboradores em hotéis/pousadas, quando necessário.

16.29 São expressamente vedadas à CONTRATADA:

16.29.1 Durante a vigência deste contrato, a contratação de familiar de agente público que preste serviço ao CONTRATANTE, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, conforme estabelece o Decreto nº 7.203, de 04 de Junho de 2010

16.30 A veiculação de publicidade deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

16.31 Fica vedada a subcontratação integral do objeto contratual. A vedação à subcontratação integral do objeto contratual justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa contratada mantenha responsabilidade direta sobre a execução do serviço, garantindo a qualidade, a regularidade e a continuidade da prestação.

16.32 Admite-se, em caráter excepcional, a subcontratação parcial de trechos ou serviços, nos casos em que houver necessidade de realização de mais de uma viagem simultânea, condicionada à prévia e expressa anuência do Contratante, em razão da dificuldade de avaliação pontual das demandas.

16.32.1 Essa flexibilização tem por finalidade assegurar a plena execução do contrato, sem prejuízo da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço, resguardando-se, entretanto, a supervisão e o controle por parte da FACTO.

16.33 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

16.34 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da locação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.35 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DOS ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1 Não há anexos a serem incorporados neste TERMO DE REFERÊNCIA.

Vitória/ES, 16 de outubro de 2025

Klinger Ceccon Caprioli

Diretor Presidente da FACTO

